

Moralização, a nova bandeira do Congresso

■ Presidentes da Câmara e do Senado planejam desengavetar Código de Ética depois do Carnaval para mudar imagem desgastada

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA. — Empenhado em resgatar sua imagem, o Congresso começa a adotar medidas para abolir práticas antigas condenadas pela opinião pública. Embora pequenas, mudanças já foram feitas. O Senado restringiu ao máximo o direito dos parlamentares de utilizar os serviços de sua gráfica. Semana passada, foi a vez de a Câmara mostrar serviço. Sem alarde, o presidente Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) baixou duas importantes medidas: estão proibidos os *vales* para deputados — antecipações salariais generosas, que eram descontadas em suaves parcelas, sem juros — e não existe mais o serviço de transporte entre o Aeroporto de Brasília e o Congresso.

Mas é logo após o recesso de Carnaval que Luís Eduardo pretende tocar na ferida: vai desengavetar o projeto de Código de Ética, preparado pelo ex-deputado Waldyr Pires, há dois anos. É esse código que definirá as regras do jogo e deixará bem claro o que é ou não moral na conduta parlamentar. Entrarão na discussão, entre outras coisas, a contratação de parentes para os chamados cargos de confiança e o detalhamento da compatibilidade das atividades profissionais e econômicas de um deputado com a vida parlamentar.

Também depois do Carnaval é que o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e Luís Eduardo designarão uma comissão para discutir e propor as mudanças na complicada Comissão Mista de Orçamento. A tarefa ficará nas mãos de sete deputados e sete senadores, que ainda não foram indicados pelos partidos. Alvo de denúncias constantes de desvio de recursos públicos, o Congresso não alterou o modelo nem mesmo depois de decidir pela cassação do mandato de sete deputados — entre eles o ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) — por envolvimento com a *Máfia do Orçamento*. Sarney e Luís Eduardo estão trabalhando pelo integralização do Executivo nesta tarefa.



Luís Eduardo e José Sarney pretendem criar um grupo de trabalho para propor mudanças para a Comissão Mista de Orçamento

Afinados, os presidentes do Senado e da Câmara têm o diagnóstico e conhecem bem todos os problemas do Congresso. Falta de assiduidade, lentidão nas votações, nepotismo, burocracia interna ineficiente e mal distribuída, ditadura do colégio de líderes, além dos dramáticos problemas da Comissão de Orçamento e denúncias de corrupção envolvendo parlamentares, são algumas das mazelas do Congresso. Entendem, no entanto, que a prioridade desse processo é fazer o Congresso funcionar. Plenário lotado, votações

com deliberação e comissões técnicas trabalhando são as metas. “O que a opinião pública não gosta é da falta de decisões”, define Luís Eduardo.

As correções, segundo ambos, não ocorrerão da noite para o dia. Pelo diagnóstico, os problemas são crônicos e estão enraizados. Assim, entendem os presidentes, a melhor receita a ser seguida é a de um tratamento gradual. Cada um, porém, adotará uma terapia própria.

Reformulação — Sarney criou um grupo de trabalho para discutir a reformu-

lação geral do Senado, que começa a trabalhar no dia 8 de março. Luís Eduardo não precisa fazer o mesmo. Há oito anos, a Câmara discute reformas internas e os arquivos estão abarrotados de projetos de reformulação. Por isso, o presidente da Câmara vai incluí-los na Ordem do Dia para a discussão em plenário logo após o Carnaval. “Propostas, temos de sobra, falta apenas votá-las”, diz.

Como essa discussão demanda tempo, Luís Eduardo traçou uma estratégia paralela. Vai ficar longe dos holofotes e fazer as

mudanças aos poucos. O presidente da Câmara, conta um deputado que está colaborando no processo de reformas, acredita que a “superexposição e personalização” é uma ameaça ao processo. “O choque de egos não interessa”, define o colega. O ex-presidente José Sarney é da mesma opinião e não quer, no momento, *personalizar* o processo de reformas internas.

Luís Eduardo, no entanto, está disposto a ser enérgico e exercer a autoridade de presidente sempre que notar que o *sindicato dos parlamentares* — deputados que trabalham contra as reformas — poderá ameaçar os planos. “Mas, isso só acontecerá quando nem mesmo os líderes dos partidos colaborarem com a discussão. O melhor caminho é o diálogo”, tranquiliza Luís Eduardo, sempre que é procurado por um deputado.

Em todos os partidos, há deputados e senadores empenhados no processo de reformulação interna. “O Congresso não pode continuar se negando a fazer essa discussão”, protesta o deputado José Genóino (PT-SP), que fez das mudanças a plataforma de sua campanha derrotada à Presidência da Câmara.

Mas os problemas do Congresso, não envolvem apenas mudanças regimentais e caça aos gazeteiros. A Casa chegou ao topo da popularidade com o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor. Caiu em desgraça e está estagnada desde meados de 1993, quando surgiram as denúncias sobre a *máfia do Orçamento*. Agora, menos de um mês depois da posse dos novos deputados e senadores, o Congresso volta a ter ares de uma delegacia de polícia. O presidente José Sarney está fazendo de tudo para resolver, o mais rápido possível, o problema político criado pela eleição do senador ErnanDES Amorim (PDT-RO) para a quarta-secretaria da Mesa. Acusado de envolvimento com o narcotráfico, Amorim se recusa a pedir licença das funções enquanto são realizadas as investigações.

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS

Gazeteiros

Sem a aplicação de qualquer tipo de punição para os faltosos, a falta de *quorum* passou a ser a marca registrada do Congresso, desde outubro de 1988, quando foram encerrados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. As sessões de votação, que acontecem apenas de terça a quinta-feira. Normalmente, só acontecem porque o regimento prevê a votação simbólica. Ou seja, mesmo que não haja *quorum*, um projeto pode ser aprovado, desde que nenhum partido peça verificação se votação.

Lentidão

Caminhos regimentais tortuosos e falta de decisão política, são os principais fatores que colaboram para arrastar o processo legislativo. Além disso, na Câmara e no Senado não é feita qualquer triagem que privilegie a priorização de um projeto de lei ou de proposta de emenda constitucional. Assim, todos os projetos, independentemente do conteúdo, cumprem o mesmo rito, o que atrasa toda a atividade legislativa.

Colégio de líderes

Criado para superar as divergências, o colégio de líderes é hoje considerado um problema, que provoca uma série de efeitos colaterais. Os líderes passaram, com o tempo a acumular toda sorte de funções. São eles que definem a pauta de votação e decidem — geralmente, sem consultar a bancada — a negociação que será feita sobre um tema, além de ter poderes para votar por toda a bancada em plenário. Com isso, os parlamentares em geral passaram a se desinteressar pelos debates e

votações, agrando ainda mais o problema das ausências em plenário.

Pauta de votação

É preparada de forma precária e com pouca antecedência. Os presidentes da Câmara e do Senado se reúnem com os líderes dos partidos para decidir os projetos que devem ser incluídos na pauta, habitualmente uma semana antes da votação. Isso dificulta a preparação dos parlamentares para a discussão do tema em plenário.

Consenso

É um ponto que atrasa bastante as decisões do Congresso. O colégio de líderes, dificilmente, inclui um projeto polêmico na pauta de votações sem que seja fechado um acordo previamente que garanta a sua aprovação consensual.

Informatização

O Senado já está informatizado, mas na Câmara os deputados ainda têm que colecionar montanhas de papel se quiserem acompanhar a atividade legislativa. Não há nos gabinetes computadores que permitam a obtenção rápida de informações ou de cópias de projetos.

Comissão de Orçamento

Com as atribuições ampliadas pela Constituição de 1988, a Comissão transformou-se rapidamente em dor de cabeça. Deputados e senadores ganharam poderes para emendar o Orçamento e, a partir de 1992, começaram a surgir denúncias de desvio das verbas.

Nepotismo

Deputados e senadores têm direito de

contratar sseiores para cargos de confiança. Em geral, nomeam parentes para exercer a função. Com as constantes denúncias de nepotismo, muitos passaram de tática para fugir da identificação: contraram em seu gabinete parentes de um colega e empregam os seus no de outro outro.

IPC

O Instituto de Previdência dos Congressistas é um fundo de pensão formado por uma subvenção repassada pela União e por contribuições dos deputados, senadores e de funcionários efetivos do Congresso. É através do IPC que deputados e senadores, que já tiverem cumprido oito anos de mandato e completado 50 anos, podem pedir aposentadoria proporcional. O IPC também funciona como um banco para seus associados, que podem fazer empréstimos a juros abaixo do mercado.

Distribuição de pessoal

O problema está sendo mais sentido no Senado. Tem 5.400 servidores para atender 81 senadores — o que representa 66,6 funcionários por parlamentar. Eles estão distribuídos na administração, gabinetes, gráfica e Prodasen (Centro de Processamento de Dados). Antes mesmo de ser instalada, o grupo de Reformas do Senado já identificou a má distribuição de pessoal como um dos componentes da lentidão dos trabalhos do legislativo. Faltam funcionários para gabinetes, enquanto sobram na gráfica e no Prodasen. Na Câmara, que tem 7.500 servidores para atender os 513 — o que representa 14,6 funcionários por deputado — o problema é menor.

AS MUDANÇAS POSSÍVEIS

Gazeteiros

A partir deste ano, os faltosos terão a ausência descontada no contra-cheque. O salário de R\$ 8 mil representa a soma da parte fixa (R\$ 3 mil) com a parte variável (R\$ 5 mil). A parte variável, pela mudança, passa a ser uma espécie de gratificação por comparecimento à sessão com Ordem do Dia (pauta de votação). Ou seja, os R\$ 5 mil são divididos pelo número de sessões que foram realizadas, o resultado da operação representa o valor que será descontado por cada falta. Por exemplo, se em março forem realizadas 12 sessões com Ordem do Dia, cada falta resultará em R\$ 416,66 a menos no contracheque de um parlamentar.

Lentidão

Deverão ser feitas mudanças na tramitação dos projetos. Uma delas é a criação de uma comissão que faria uma triagem das propostas, dando prioridade às mais importantes. Por exemplo, um projeto tratando de detalhes na distribuição de material escolar teria preferência em relação a um que fixa uma data comemorativa para uma categoria profissional. Assim, terá privilégio de apreciação nas comissões temáticas e no plenário.

Colégio de líderes

A intenção é acabar gradualmente com o poder do colégio de líderes, ampliando as discussões em plenário.

Pauta de votação

Com a redução dos poderes do colégio de líderes, a pauta de votação passa a ser elaborada também com a influência do

plenário. A intenção é antecipar aos poucos a sua elaboração, permitindo que os deputados e senadores se preparem antecipadamente para discutir um tema.

Informatização

Até o final do semestre, a Câmara deverá estar totalmente informatizada.

Comissão de Orçamento

A intenção é acabar com os poderes de os parlamentares emendar a proposta orçamentária. Além disso, a maior parte das propostas altera a maneira de elaborar o Orçamento, não sendo permitido mais o detalhismo de projetos de interesse municipal. Ao invés disso, o Orçamento trataria apenas de projetos globais, como, por exemplo, as prioridades de investimento na educação. A construção de uma escola numa cidade do interior, por essa proposta, não estaria prevista no Orçamento.

Nepotismo

Não há como proibir a contratação de parentes para cargos de confiança.

IPC

É um tabu nas discussões da reformulação do Congresso. Mas, inevitavelmente, será discutido com a proposta de reforma da previdência social, já que o governo quer rever o funcionamento dos fundos de pensão.

Distribuição de pessoal

Não é uma questão prioritária para o resgate da imagem do Congresso e deverá ser solucionada aos poucos com o remanejamento de pessoal.

Itamarati dá veredicto em 60 dias

A nova comissão de inquérito que vai reabrir o caso envolvendo o embaixador Mauro Costa Couto e o conselheiro René Loncan — acusados de terem mantido um *caixa 2* na embaixada brasileira em Bagdá — será constituída logo depois que o embaixador Sérgio Bath, nomeado corregedor do caso, apresentar os resultados sumários de suas sindicâncias. O caso foi reaberto depois que Couto e Loncan — suspensos semana passada de suas funções — obtiveram na Justiça o direito de convocar o depoimento de novas testemunhas, entre elas o atual embaixador nos EUA, Paulo Tarso Flecha de Lima, ex-secretário-geral do Itamarati. A nova comissão de inquérito terá um prazo de 60 dias para apresentar suas conclusões.



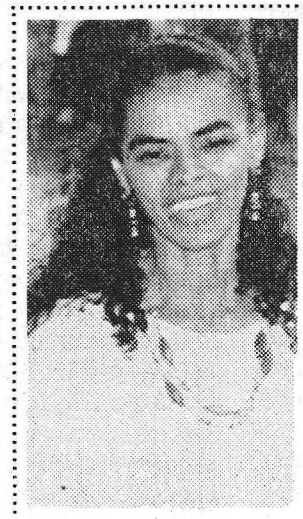
O mineiro José de Castro: inconfidências a meio-tom

Quem sabe, não fala; quem fala...

Os futuros leitores do livro do advogado mineiro José de Castro, *Itamar — o Homem que Redescobriu o Brasil* — que chega às livrarias logo após o carnaval —, vão poder confirmar a regra mais apreciada pelo ex-ministro Golbery do Couto e Silva, que morreu sem contar alguns dos maiores segredos do regime militar. Ele dizia: “Quem sabe, não fala. Quem fala, não sabe.” Castro escreveu muito, mas não revelou quase nada porque, de fato, sabe demais. Um dos poucos episódios inéditos que ele revela, sobre as entranhas do poder no governo Itamar Franco, foi a reunião íntima que teve com o então presidente e o ministro da Justiça Alexandre Dupeyrat. Ele conta: “...o ministro (da Justiça) sacou do bolso a medida provisória do Plano Real contra a qual, com seriedade e consistência, fez pesada carga...” Segundo Castro, a exposição de Dupeyrat demorou cerca de uma hora e meia. Depois, foi a vez de ele próprio falar: “Alexandre, nem você nem eu somos economistas (...) A essa altura seria um tremendo erro se o presidente tangessse a filosofia econômica do Plano (...) Antes que o ministro pronunciasse qualquer palavra, Itamar tomou-a para si e foi categórico: ‘É, Alexandre, vamos deixar os aspectos econômicos de lado’.” Mas o leitor vai ficar sem saber as objeções que Dupeyrat fazia ao Plano Real.

Suplicy inspira Campinas

Inspirada no projeto de renda mínima do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a prefeitura de Campinas já cadastrou 399 famílias que começarão a receber uma ajuda mensal em dinheiro, a partir de março. Todas as famílias cadastradas têm filhos ou dependentes menores de 14 anos e renda *per capita* inferior a R\$ 35. Para ter direito ao benefício, é preciso morar em Campinas há mais de dois anos e assinar um termo de compromisso concordando em manter os filhos na escola. Este ano, a prefeitura vai destinar ao programa R\$ 280 milhões, equivalente a 1% do orçamento municipal. O complemento de renda será pago na rede bancária da cidade.



Marina ataca madeireiros

A senadora petista Marina Silva (foto) elogiou a decisão da Justiça de seu estado, o Acre, que mandou prender nove madeireiros do município de Sena Madureira, acusados de crime ecológico. Eles derrubaram 10 mil metros cúbicos de mogno e poderão ser condenados a até um ano de prisão. Marina lembrou que as dificuldades dos trabalhadores que dependem da borracha favorecem a derrubada ilegal de madeira na região.

Bloco Parlamentar da Amazônia

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou a formação do Bloco Parlamentar Amazônico, com objetivo de unificar a atuação política dos parlamentares dos nove estados da região. Andrade considera a região — a maior do país — “marginalizada e desprezada” pelo governo federal. Ele classificou como “escandaloso” o corte de 90% das verbas destinadas aos estados do Norte no Orçamento da União. O senador informou que no início do ano foi realizada uma reunião preliminar, em Belém, para a criação informal do bloco, com a presença de 60 deputados federais e quatro senadores. A próxima reunião está marcada para depois do dia 7 de março. No encontro, os parlamentares vão pedir uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso.